

CARTA DE PREPOSTO TRABALHISTA

À

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE

EMPREGADOR (RECLAMADA): _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

Por meio desta, o(a) empregador(a) acima identificado(a), na qualidade de Reclamada na Reclamação Trabalhista nº _____,

vem nomear e constituir seu preposto para representá-lo(a) em audiência e demais atos processuais relacionados ao referido processo, conforme previsão legal e entendimento da jurisprudência trabalhista.

I – IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

Nome completo: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Cargo/Função que ocupa na empresa: _____

Tempo de serviço na função: _____

Contato (telefone/e-mail): _____

II – COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

O preposto ora nomeado está autorizado a comparecer e representar o(a) Reclamado(a) em audiência, podendo:

- **Apresentar defesa oral;**
- **Responder a perguntas formuladas pelas partes e pelo Juízo;**
- **Firmar acordos e transações, conforme instruções específicas que lhe forem conferidas;**
- **Praticar todos os atos necessários à defesa dos interesses do(a) Reclamado(a) no âmbito do processo trabalhista em referência.**

III – DECLARAÇÃO

O preposto declara sob as penas da lei que possui conhecimento dos fatos relacionados à reclamação trabalhista, bem como das rotinas, normas internas e práticas adotadas pela empresa, estando apto a prestar informações verdadeiras e precisas.

IV – OBSERVAÇÕES

Esta nomeação não implica em vínculo empregatício entre o preposto e o Juízo ou terceiros, sendo exclusivamente uma representação processual.

V – LOCAL E DATA

_____, _____
Local Data

VI – ASSINATURAS

Preposto

Empregador/Reclamada

Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/carta-de-preposto-trabalhista/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.